

Orçamento deve ter correção monetária

BRASÍLIA — O Congresso deverá aprovar uma correção dos valores propostos pelo Executivo para o Orçamento Geral da União de 1992, que é de Cr\$ 51,3 trilhões em números de abril deste ano. A proposta é usar o coeficiente 9 para a correção dos valores do orçamento, o que significa arbitrar uma inflação de 800% da data de sua elaboração — abril de 1991 — até o dia em que for realizada a despesa. Se acatada a proposta, as receitas e despesas dos órgãos públicos serão fixadas em Cr\$ 461 trilhões em 1992. A idéia de corrigir os valores orçados pelo Executivo, sempre com base no mês de abril do ano anterior ao da execução do orçamento, já foi aplicada este ano.

A proposta será apresentada no relatório geral do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e submetida ao plenário da Comissão Mista de Orçamento, antes que o texto orçamentário seja encaminhado ao plenário do Congresso, para decisão final.

De acordo com um dos integrantes da Mesa Diretora da Comissão Mista de Orçamento, o coeficiente 9 para a correção que o Congresso faz dos valores apresentados pelo Executivo é acatado pela maioria dos 120 integrantes da Comissão. Os parlamentares reconhecem que o coeficiente é otimista para a realidade da economia. Mas argumentam que não será o Congresso a criar uma expectativa de inflação alta para o próximo ano. Se a correção for insuficiente, o Governo tem sempre a saída de pedido de suplementação de crédito, como forma de recuperar as parcelas de recursos perdidos pela corrosão causada pela inflação.